

# Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

---

**PAISAGENS DE FRONTEIRA: VARIAÇÕES EM UM  
IMPORTANTE TEMA DA GEOGRAFIA POLÍTICA**

*ANDRÉ-LOUIS SANGUIN*

*Boletim Gaúcho de Geografia, v. 42, n.2: 389-411, maio, 2015.*

Versão online disponível em:

<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/56328/34028>

---

Publicado por

**Associação dos Geógrafos Brasileiros**

---



**Portal de Periódicos**

**UFRGS**

UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO GRANDE DO SUL

---

## Informações Adicionais

**Email:** [portoalegre@agb.org.br](mailto:portoalegre@agb.org.br)

**Políticas:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

**Submissão:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

**Diretrizes:** <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

---

Data de publicação - maio, 2015.

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

# PAISAGENS DE FRONTEIRA: VARIAÇÕES EM UM IMPORTANTE TEMA DA GEOGRAFIA POLÍTICA<sup>1</sup>

ANDRÉ-LOUIS SANGUIN<sup>2</sup>

## RESUMO

As paisagens de fronteira são um tema pouco explorado no campo da geografia política. Uma avaliação teórica sobre conexões entre paisagem e fronteira é proposta. Este artigo expõe uma nova tipologia sobre as paisagens de fronteira que podem ser observadas no mapa mundial político. A questão das paisagens de fronteiras reforça o dilema desfronteirização-fronteirização. A conclusão identifica as novas tendências e os caminhos futuros em alguns setores específicos. O conceito de paisagens de fronteira precisa de uma reavaliação geográfica e de uma reescrita no âmbito da literatura científica.

**Palavras-chave:** Paisagem de fronteira; Estudo da fronteira; Zona tampão; Desfronteirização; Linha de frente; Segmentação; Geografia política; Refronteirização; Barreira de segurança.

A literatura internacional dedicada aos estudos fronteiriços parece infinita e os últimos dez anos têm sido o contexto de um aumento eclético de livros e artigos particularmente nesse escopo da geografia política. Apesar desse fato, poucos pesquisadores têm se empenhado no estudo das relações de paisagens de fronteira, em que a importância dos fatores geográficos faz sentido. O poder político do Estado sempre influenciou na paisagem. Esse conceito chave foi desenvolvido pelo excelente professor de Harvard, Derwent Whittlesey (1890-1956), um dos geógrafos políticos mais proeminentes da primeira metade do século XX. Seu artigo fundador de 1935 se tornou um clássico em muitos livros de geografia política e mantém seu valor no meio da segunda década do século XXI (WHITTLESEY, 1935). Sanguin reinterpretou o conceito de paisagem política, mostrando que é o resultado da convergência de ideias, processos e de instituições políticas (SANGUIN, 1984). Nesse contexto, a análise geográfica dedicada às paisagens de fronteira foi conduzida de modo mais ou menos esporádico por um pequeno grupo de geógrafos (PRESCOTT, 1987; RUMLEY; MINGHI, 1991; DELL'AGNESE, 2003; BUFON, 2006; RAJARAM; GRUNDY-WARR, 2007; BRAMBILLA, 2015).

---

1 Traduzido do original em inglês por Cecília Fischer Dias. Revisado por Julian Mokwa Felix e Adriana Dorfman.

2 University of Paris-Sorbonne. E-mail: al.sanguin@orange.fr

## PAISAGENS DE FRONTEIRA: ALGUMAS PRELIMINARES TEÓRICAS

Para um observador atento, os limites internacionais são o exemplo mais expressivo de conexão entre geografia e política, na medida em que constituem uma manifestação concreta do controle político que é aplicado à paisagem (RUMLEY; MINGHI, 1991; RAJARAM; GRUNDY-WARR, 2007). As paisagens de fronteira são o produto de um conjunto de interações e processos de origem política, econômica e cultural que ocorre no espaço. São espaços específicos na forma de áreas ou limites, espaços esses que podem unir ou separar. Quando se aborda o conceito de paisagem de fronteira, a dificuldade é separar a causa do efeito. Por um lado, é o limite da jurisdição do Estado que se expressa na fronteira política por um uso do solo diferente do Estado oposto? Ou, por outro lado, é a fronteira em si que gera um uso do solo diferente nos dois lados do limite? A consideração de uma abordagem comparativa e o levar em conta do paradigma centro-periferia aparecem como atitude chave.

A paisagem de fronteira é um elemento central na *região fronteira*, uma vez que a fronteira cria sua própria região distinta. As características locais da fronteira se tornam o aspecto dominante da paisagem cultural local. A paisagem de fronteira é uma parte do paradigma paisagem-territorialidade. Na verdade, o conceito de paisagem surge do *percebido*, enquanto a noção de territorialidade, da *experiência da vida real*. Por muito tempo, a geografia clássica explorou especificamente a geografia da paisagem. A escola *Landschaftskunde* fundada pelos geógrafos alemães Otto Schlüter (1872-1959) e Siegfried Passarge (1866-1958) tinha por objetivo transformar a geografia em uma ciência da paisagem por excelência. Foi o mesmo princípio intelectual da escola fundada pelo geógrafo americano Carl Sauer (1889-1975), *Berkeley Cultural Landscape*. Em seu influente texto *Morfologia da Paisagem*, Sauer estabeleceu o seguinte princípio: “a paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”<sup>3</sup> (SAUER, 1925). Hoje, a disciplina faz o seu melhor para identificar uma geografia da territorialidade. A territorialidade se descreve como um complexo de relações que são sustentadas por um indivíduo enquanto membro de uma comunidade, com seu ambiente *sensu lato* (RAFFESTIN, 1977). Portanto, a paisagem de fronteira é ao mesmo tempo um espaço percebido e um espaço vivido, por equiparar aspectos naturais, papéis históricos, usos socioeconômicos, imagens mentais e representações culturais (HÄYRYNEN, 2009). A paisagem de fronteira é um construto cultural central no processo de construção de uma nação. As periferias nacionais têm papel chave nesse mecanismo. A imagem de áreas de fronteira e de periferias são frequentemente utilizadas para a demarcação do espaço e da identidade nacionais. Muitos lugares que são simbolicamente importantes ficam nessas áreas periféricas. O viajante apressado ou o turista casual percebem a paisagem de fronteira como uma área de contraste entre os dois lados da fronteira onde

3 Usamos o texto em português publicado em CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 12-74. (n.t.)

a distribuição populacional é diferente, onde as estruturas econômicas não são as mesmas, onde rodovias e ferrovias não representam o mesmo aspecto e, por último, mas não menos importante, onde o planejamento da cidade e do país apresentam arquiteturas diferentes.

As avaliações propostas abaixo têm dois objetivos. Por um lado, verificam empiricamente a preliminar teórica que foi estabelecida acima. Por outro, o artigo tenta criar uma tipologia de paisagens de fronteira que são observáveis no mapa mundial político.

## **PAISAGENS DE FRONTEIRAS DE COMPRAS: LOJAS MAIS BARATAS E EXCLAVES DE DUTY-FREE**

As compras se tornaram, para muitas pessoas, uma forma de lazer e um importante componente do turismo. Compras transfronteiriças envolvem o prazer como uma força motivadora da viagem. Mais do que isso, as compras podem ser a grande força motivadora para a decisão de fazer uma viagem para o outro lado da fronteira. Nas fronteiras da Europa, os consumidores são ativos e influenciados pelo preço, porque sempre os comparam e buscam com afinco os melhores preços (DALLEN; BUTLER, 2005). A atividade das compras transfronteiriças aumentou consideravelmente na União Europeia como consequência direta da implementação da zona do Euro e da área Schengen. Esses acordos acabam com o câmbio monetário compulsório, com o controle da imigração e com a polícia de fronteira entre os Estados-membros. Entretanto, mesmo que a União Europeia seja um território político sem fronteiras internacionais, os limites internos frequentemente indicam diferentes sistemas legais, econômicos e culturais, em que a oferta e o custo dos serviços oscilam entre os dois lados. Portanto, dentro da União Europeia, a diferença de VAT<sup>4</sup> e das taxas internas sobre álcool e tabaco estimula o surgimento de lojas especializadas próximas da fronteira, beneficiando o país onde os preços são menores.

A consequência direta dessa realidade é o aparecimento de uma paisagem de fronteira original e particular, com uma concentração de lojas, shopping centers, restaurantes e postos de gasolina em grandes ou pequenas cidades que ficam na fronteira (VAN DER VELDE, 2000). Seja entre os Estados Unidos e o Canadá ou entre a Alemanha e a Holanda, seja entre a Alemanha e a República Tcheca ou a Polônia, a paisagem comercial se alastra pela rede urbana e sua visibilidade é a melhor para qualquer um que venha do outro lado da fronteira. Esse tipo de paisagem comercial de fronteira se encontra nas cidades mexicanas próximas dos Estados Unidos (Tijuana, Mexicali, Nogales, Ciudad Juarez, Nuevo Laredo, Matamoros) (ARREOLA, 1996; MURIA; CHAVEZ, 2011). Também é encontrada em grande parte das municipalidades de Luxemburgo que se limitam com a Bélgica, a Alemanha e a França, onde o comércio de tabaco, álcool e combustível aumentou pelo fato de que Luxemburgo apresenta as menores taxas de VAT em toda a União Europeia (15%) e porque suas taxas internas nesses três produtos são mais baixas

4 VAT: Value Added Tax, uma taxa europeia sobre os valores dos produtos que equivale ao imposto sobre circulação de mercadorias, ICMS. (n.t.)

do que em qualquer outro lugar. A mesma paisagem comercial de fronteira ocorre em La Jonquera (Catalunha), a primeira autoestrada de entrada para a Península Ibérica. Nessa cidade de apenas 3.200 habitantes, é possível encontrar 300 lojas, 16 shopping centers e 50 bares-restaurantes-cafeaterias que oferecem bens e serviços muito mais baratos do que na França (SANGUIN, 2014a).

Na Europa, o *regime duty-free* de alguns pequenos territórios geraram um comércio especializado de fronteira. O arquétipo dessa categoria de paisagem de fronteira é representado por Andorra, um micro-estado soberano (469 km<sup>2</sup> e 70.000 habitantes) que está no coração dos Pirineus, entre a Espanha e a França. A diferença de preços em relação aos da Espanha e da França explica por que esse micro-estado recebe oito milhões de visitantes por ano, chegando em quatro milhões de veículos, apesar de seu isolamento físico e de sua altitude elevada no meio da cordilheira dos Pirineus (SANGUIN, 2006). Para satisfazer as necessidades desses consumidores estrangeiros, Andorra, por exemplo, importou um bilhão de euros em bens em 2012. Alguns pequenos territórios na União Europeia não têm VAT. Consequentemente, eles atraem um número relevante de consumidores transfronteiriços: Gibraltar (11 milhões de visitantes/ano), Livigno, nos Alpes italianos, na fronteira com a Suíça (900.000 visitantes/ano), o arquipélago das ilhas Aland, na Finlândia, (dois milhões de visitantes/ano). Para que esse comércio seja bem-sucedido, ele precisa se adaptar às estruturas sociais e econômicas dos clientes estrangeiros que recebe. O surgimento de shopping centers, grandes bares, restaurantes, cafeterias, grandes estacionamentos e placas iluminadas muda a paisagem tradicional do comércio local (WASSERMAN, 1996).

## **PAISAGENS URBANAS DE FRONTEIRAS: CIDADES-GÊMEAS DIVIDIDAS POR LIMITES**

Dentre as cidades-gêmeas separadas por um limite internacional, não há um padrão de processo político-espacial. Na verdade, existem duas categorias de cidades-gêmeas de fronteira. A primeira categoria se refere a cidades que cresceram independentemente a partir dos dois lados da fronteira: Astana (Azerbaijão) - Astana (Irã), Brazzaville (Congo) - Kinshasa (RDC), Niagara Falls (Canadá) - Niagara Falls (Estados Unidos), Sault Sainte Marie (Canadá) - Sault Sainte Marie (United States). A segunda categoria, de longe a mais comum, trata de cidades que foram separadas em duas partes por limites internacionais impostos: El Paso (Estados Unidos) - Ciudad Juarez (México), depois da Guerra Mexicano-Americana de 1848, Frankfurt (Alemanha) - Slubice (Polônia), depois dos Acordos de Potsdam (1945), Gorizia (Itália) - Nova Gorica (Iugoslávia), depois do Tratado de Paris (1947), Narva (Estônia) - Ivangorod (Rússia), depois do Tratado de Tartu (1920), Valga (Estônia) - Valka (Letônia), depois da decisão internacional de 1920, Cieszyn (Polônia) - Cesky Tesin (Tchecoslováquia), depois da Conferência de Spa (1920). Aglomerações transfronteiriças são outro elemento potencial de paisagem de fronteira. São 27 na Europa, 23 na América do Norte, 14 na Ásia, 10 na América do Sul (incluindo nove no Brasil) e duas na África.

Cidades-gêmeas separadas por fronteira são testemunhos das vicissitudes políticas que o sudoeste dos Estados Unidos e o leste Europeu conheceram – aquele no século XIX e este no século XX. Essas cidades ilustram, a seu próprio modo, a lacuna entre a ordem imposta e fixada pelos estados e o caráter mais espontâneo dos assentamentos. Essas cidades sofrem o contraste entre duas temporalidades: aquela dos países que fixam fronteiras em um contexto político preciso e aquela das populações localmente estabelecidas em locais resilientes e permanentes, onde há uma relevante acumulação de homens, mulheres, atividades e construções. A paisagem da linha separadora representada pelo limite internacional erode a paisagem urbana original e acaba por transformá-la com o tempo. Uma transformação de paisagem notavelmente resulta em uma diferenciação na arquitetura urbana como consequência das práticas culturais do país a que cada cidade pertence. A fachada das lojas, o estilo das casas e dos prédios residenciais, os equipamentos de cultura e lazer, bem como o sistema viário divergem em seu aspecto externo (EHLERS; BUUR-SINK, 2000). A distinção da paisagem também é fruto de uma interação complexa de diferenças relacionadas aos fluxos políticos, sociais e econômicos.

Três exemplos colhidos na União Europeia apontam o que são exatamente paisagens de fronteiras atuando em cidades-gêmeas separadas por limites. Antes de 1945, Frankfurt an der Oder era uma só cidade, que ocupava as duas margens do rio Oder. Depois dos Acordos de Potsdam (1945), os Aliados estabeleceram a fronteira entre a Alemanha e a Polônia na linha Oder-Neisse. A população historicamente alemã foi expulsa da margem direita do Oder e a parte leste da cidade foi imediatamente *polonizada* e transformada em uma nova cidade polonesa, chamada Slubice. Na verdade, foi um processo de evacuação e repopulação para criar um limite etnograficamente bem marcado (BRYM, 2009). Anexada à República Democrática da Alemanha (R.D.A) (1949-1990), Frankfurt an der Oder, agora amputada por sua parte leste, tornou-se uma cidade com o estilo soviético, com unidades de moradia cinzentas feitas de torres e blocos lisos. Mesmo mantendo casas e os blocos no estilo alemão, a nova cidade de Slubice imediatamente adotou uma toponímia polonesa. Ainda que fossem países-satélite da URSS e, portanto, *países irmãos*, a RDA e a Polônia fecharam sua fronteira compartilhada no Oder-Neisse, e o contato entre essas duas cidades que eram uma só foram cancelados. Com o fim do comunismo (1989) e com a reunificação alemã (1990), a fronteira entre Frankfurt e Slubice se abriu para duas populações urbanas que, dos dois lados do rio Oder, têm uma língua e uma moeda diferentes (euro na Alemanha e zloti na Polônia). A liberdade de circulação rapidamente criou uma nova paisagem de fronteira. Slubice se cobriu de lojas a céu aberto e mercados que vendiam bens ou serviços a preços mais baixos do que os alemães (cigarros, álcool, combustível, móveis, frutas, vegetais, cabelereiros, farmacêuticos), e uma rede de prostituição se estabeleceu na cidade. Depois da entrada da Polônia na União Europeia, em 2004, e na área Schengen, em 2007, os pontos de fiscalização de alfândega e polícia foram fechados e destruídos. Esse processo duplo foi precedido pela criação da euroregião Pro Europa Viadrina, em 1993. A aglomeração

de Frankfurt-Slubice é o centro administrativo dessa eutorregião, se encarregando dos programas europeus INTERREG, dedicados ao desenvolvimento dessa área de fronteira (10.255 km<sup>2</sup> e 823.000 habitantes). Consequentemente, a paisagem de fronteira é, agora, o sujeito de uma mudança chave: é a *europização* através do surgimento de novas estradas, novas pontes no rio Oder e novas construções com um estilo nem alemão nem polonês, mas europeu (BRYM, 2009).

O binômio urbano Valga (Estônia) - Valka (Letônia) apresenta mais um exemplo de paisagem de fronteira de duas cidades-gêmeas separadas pelo limite. Estônia e Letônia se tornaram independentes em 1918, mesmo sendo parte integrante do Império Russo até 1917. A separação de 1919, estabelecida por um acordo internacional, criou, por um lado, a cidade de Valga na Estônia (16,5 km<sup>2</sup> e 12.917 habitantes hoje) e, por outro, a cidade de Valka na Letônia (14,5 km<sup>2</sup> e 6.157 habitantes). Desde a separação, Valga se tornou uma pequena cidade periférica, localizada a 245 km de Tallinn, a capital. Para se tornar uma cidade viável, Valka, na Letônia recebeu novas construções (moradia, prédios públicos, locais de adoração, rede viária). Em 1940, a URSS anexou os países Bálticos e os transformou, em 1944, em três repúblicas socialistas soviéticas federadas. Como resultado, as cidades Valga-Valka permaneceram reunificadas até a queda do comunismo, em 1990. Durante meio século, Valga, na Estônia, viu crescer moradias coletivas no estilo soviético, com torres e blocos lisos de concreto cinza. Depois de voltar à independência, em 1991, a fronteira reafirmada guiou a urbanização e determinou o desenho das unidades habitacionais (ORCIER, 2011). A linha da fronteira frequentemente atravessa os jardins das casas e, até 2007, era usada pelos moradores como local para despejar entulho e lixo. Em Valga, assim como em Valka, não há fluxos de trocas cruzando a fronteira (não há lojas *duty-free* ou placas de grandes marcas). A barreira do idioma é forte, o que gera uma atitude de afastamento e ausência de casamentos mistos. Estônia e Letônia entraram na União Europeia em primeiro de janeiro de 2014 e na área Schengen em 21 de dezembro de 2007. A Estônia adotou o euro em primeiro de janeiro de 2011 e a Letônia, em primeiro de janeiro de 2014. Durante essa mudança tripla (Mercado Comum, área Schengen e zona do Euro), o binômio Valga-Valka viu uma mudança chave em sua paisagem de fronteira. Os adolescentes das duas cidades se encontram no limite da fronteira, que se transformou em local de infração e permissividade (flerte entre meninos e meninas, cigarros fumados secretamente). A fronteira foi reapropriada pela população local graças à implementação de passagens para pedestres. Dito de outra forma, a fronteira foi *museificada*, porque se tornou ponto de atração turística. Os marcos de fronteira foram mantidos e embelezados, sendo transformados em mini monumentos; as guaritas dos guardas de fronteira foram reformadas e repintadas, sendo usadas como pano de fundo para as fotos tiradas por turistas.

Organizado pelos Aliados vitoriosos na Segunda Guerra Mundial, o Tratado de Paris (10 de fevereiro de 1947) impôs a nova fronteira entre Itália e Iugoslávia no meio da cidade de Gorizia. Por um lado, Gorizia foi retirada da terra a que per-

tencia. Por outro, a nova fronteira separava e tornava rígida a área intra-urbana enquanto dois sistemas econômicos e duas ideologias antagônicas se encaravam (Itália liberal e Iugoslávia comunista). O limite de 1947 legou o bairro histórico, bem como os bairros acima do rio Isonzo, à Itália. Seis pontos de fiscalização fronteiriços conectavam a Itália à Iugoslávia dentro da malha urbana. Em 1947, Tito fundou a cidade iugoslava de Nova Gorica em torno de um novo centro. O poder comunista construiu uma cidade modelo, feita de aproximadamente trinta torres de quinze pisos distribuídos no meio de um parque. Encravado na fronteira, esse parque-cidade e uma imponente estação ferroviária introduziram um forte corte fronteiriço entre Gorizia e Nova Gorica. Esse corte marcou fortemente as mentalidades locais em relação aos espaços percebidos e reais. Na verdade, a separação de 1947 foi aliada a uma transferência étnica. No lugar de uma cidade pré-Segunda Guerra, multilíngue e multiétnica, a Gorizia de hoje é formada apenas por uma população italiana, e Nova Gorica, por uma população eslovena (SANGUIN; MRAK, 2003). A Eslovênia, como o Estado sucessor da Iugoslávia desde 1991, entrou na União Europeia em maio de 2004, adotou o euro em maio de 2007 e entrou na área Schengen em dezembro de 2007. Consequentemente, a paisagem de fronteira sofreu uma transformação com a abertura, do lado esloveno, de hotéis-restaurantes, casas noturnas, cassinos, postos de gasolina, supermercados e lojas de peças de reposição, por apresentarem preços mais baixos do que os italianos.

Em suma, em relação aos três estudos de caso (Frankfurt-Slubice, Valga-Valka, Gorizia-Nova Gorica), é importante notar que esses binômios urbanos conheceram duas gerações de paisagens de fronteiras: por um lado, uma primeira geração imposta e inesperada, ligada a separações causadas por tratados ou acordos resultantes da Primeira ou da Segunda Guerra Mundiais; por outro, uma segunda geração, muito mais democrática e pacífica, ligada à integração europeia (Mercado Comum, zona do Euro, área Schengen).

## **FRONTEIRA E CORTE NAS PAISAGENS EM AMBIENTES RURAIS**

Nas zonas urbanas, a paisagem de fronteira mostra alguns contrastes entre pequenos ou médios espaços. Na zona rural, a paisagem de fronteira se abre em ambientes vastos, onde as variações do uso do solo se dão pelo encontro cara a cara de dois sistemas políticos diversos e de duas estruturas econômicas diferentes. Essas variações explicam o contraste que é observável na paisagem de fronteira. A médio e longo prazo, a presença da fronteira influencia a agricultura e o desenvolvimento florestal (PRESCOTT, 1987). A fronteira entre a França e a Suíça nas montanhas do Jura é a ilustração de um corte na paisagem no ambiente rural. As imagens aéreas mostram, claramente, o contraste entre as pastagens abertas no lado francês e a floresta preservada no lado suíço, ainda que as características naturais sejam as mesmas dos dois lados da fronteira. Esse contraste de paisagem é explicado pelo simples fato de que a regulamentação suíça em relação às florestas é muito protetora, enquanto o oposto ocorre no lado francês. No mesmo ambiente inter-tropical, o limite entre Uganda e a República Democrática do Congo



(R.D.C) mostra um contraste de paisagem de fronteira. No lado ugandense, a rede viária é muito mais densa e muito mais desenvolvida do que no lado congolês. Em termos de uso do solo, a seção ugandense da fronteira é muito voltada à cultura do café, enquanto a congolosa, a pequenas fazendas de cultivo misto. Esse corte na paisagem da fronteira entre Uganda e a R.D.C tem origem nas diferentes políticas coloniais (britânica para Uganda e belga para R.D.C), que foram mantidas pelos governos independentes pós-coloniais (PRESCOTT, 1987).

Entre os Grandes Lagos e as Montanhas Rochosas, diferentes políticas agrícolas dos Estados Unidos e do Canadá geraram uma paisagem agrícola contrastante nos dois lados do paralelo 45, ainda que os lotes rurais sejam idênticos, quais sejam, as vilas (*townships*). As imagens aéreas tiradas em tempos diferentes mostram claramente o contraste da paisagem de fronteira em termos de uso do solo (REITSMA, 1972). O mesmo contraste na paisagem de fronteira no meio rural ocorre na fronteira do Haiti com a República Dominicana. Mesmo que o meio físico da Ilha de São Domingos seja o mesmo, as duas antigas colônias (Saint-Domingue francesa e Santo Domingo espanhola) divergiram em seu sistema econômico desde a separação política de 1697, após o Tratado de Ryswick. Hoje, enquanto a República Dominicana adota uma política sensível à preservação da floresta tropical, o Haiti é vítima de imensa erosão regressiva, devido a uma sucessão ininterrupta de deslizamentos de solo, pois o escudo protetor da floresta desapareceu completamente. Esse desflorestamento, que vem ocorrendo há séculos, é explicado por um fato que está enraizado na cultura: para cozinhar e aquecer água, o povo haitiano consome massivamente carvão, cuja matéria prima vem dos últimos remanescentes da floresta primitiva. Visto de um avião, o contraste é impressionante, como marcado por um bisturi, exatamente na linha da fronteira: no oeste, o Haiti, uma paisagem amarela, queimada e rala; no leste, a República Dominicana, uma paisagem de floresta densa e verde (REDON, 2011).

A fronteira entre as duas Irlandas (Eire e Ulster) tem origem na separação da ilha em 1920. Ela se estende por 360 km e foi estabelecida em 1921. De 1968 a 1998, esse limite foi objeto e disputa no conflito da Irlanda do Norte (3480 mortos). A paisagem da fronteira inter-irlandesa é um paradoxo. Pelo *Common Travel Agreement* (1923), a fronteira é aberta entre a República Irlandesa e o território britânico da Irlanda do Norte, sem a presença da alfândega e da polícia de fronteira; ao mesmo tempo, era uma fronteira militarizada no lado do Ulster, com uma divisão do exército britânico ali estacionada durante trinta anos. Algumas estradas fecharam, outras foram aprovadas e obstáculos de concreto e arame farpado ocupavam os portões de acesso do Ulster. Até o Acordo de Belfast (10 de abril de 1998), dois nacionalismos extremos se encaravam na fronteira (o nacionalismo católico republicano no Sul e o protestante unionista no Norte). A paisagem da fronteira era pontuada por uma guerra de bandeiras, pôsteres e grafites, incluindo as calçadas, que eram pintadas com as cores da bandeira do Reino Unido ou com o verde-branco-laranja da República da Irlanda (WILSON, 1995). Hoje, a República da Irlanda usa o euro, enquanto a libra esterlina continua sendo a moeda de Ulster. Consequentemen-

te, devido a um alto padrão de vida na República, o comércio transfronteiriço vem ocorrendo no lado norte da fronteira (Ulster). Ele flutua de acordo com a evolução da taxa cambial entre o euro e a libra esterlina. Antes de 2002 e da introdução do euro na República da Irlanda, os donos de loja do Ulster atraíam os consumidores da República aceitando o punt (libra irlandesa) em paridade com a libra esterlina, embora a moeda irlandesa valesse 20% menos que a britânica. Claramente, isso significa que os donos de lojas do Ulster davam um desconto de 20% para compradores vindos da República. Hoje, esse fluxo contínuo sul-norte conta com 250 mil famílias da República atravessando a fronteira do Ulster para fazer suas compras, principalmente de combustíveis, álcool e eletrodomésticos.

A histórica Rawa Roztocze é uma cadeia de morros (80 km de comprimento e 14 km de largura), distribuída entre Lublin (Polônia) e Lviv (Ucrânia). Ao longo dos séculos, várias comunidades étnicas e religiosas (poloneses, ucranianos, alemães, judeus, uniates) criaram uma paisagem cultural rica, do qual o *shtetl iídiche* foi testemunho vivo. Apesar das vicissitudes históricas, apesar das mudanças nas fronteiras estatais e apesar da diversidade étnica da população nativa, a paisagem de Rawa Roztocze era o produto homogêneo das atividades daquela comunidade. As transformações dramáticas na paisagem foram, a princípio, causadas pela Segunda Guerra Mundial e, depois, pela demarcação de uma nova fronteira entre a Polônia e a URSS em 1944. A população judia foi exterminada pelo Holocausto (proximidade geográfica muito grande dos campos de extermínio de Belzec, Sobibor e Majdanek), enquanto outras populações nativas foram transferidas para a Polônia ou para a URSS, de acordo com a política de homogeneização étnica planejada pelos governos polonês e soviético. Consequentemente, uma nova paisagem de fronteira surgiu. No lado soviético (Ucrânia), muitas vilas e aldeias desapareceram, para dar lugar aos kolkhozes e sovkhozes, assim como outros lotes de terras. No lado polonês, houve um aumento massivo das florestas. Porém, a paisagem polonesa manteve pequenas fazendas, parques de grandes terras arrendadas, monumentos religiosos e cemitérios multi-étnicos (SKOWRONEK; FURTAK, 2009).

O Istmo da Carélia, localizado na atual Rússia, separa o Lago Ladoga do Golfo da Finlândia. Essa região geográfica e histórica pertenceu à Suécia (1323-1721), à Rússia (1721-1812), à Finlândia (1812-1940), à URSS (1940-1991) e, finalmente, à Rússia pós-Soviética (desde 1991). Em 1940, durante sua anexação pela URSS (após a Guerra do Inverno de 1939-1940 e o Tratado de Moscou em 12 de março de 1940), toda a população finlandesa foi expulsa, à força, em direção à Finlândia. A paisagem de fronteira do Istmo da Carélia sofreu três ondas de mudança durante o século XX. Até 1940 (período finlandês), a paisagem cultural local era composta por pequenos vilarejos, com uma ocupação dispersa no meio de um ambiente florestal protegido. De 1940 a 1991 (período soviético), a paisagem viu o surgimento de vilas urbanas e agrovilas, enquanto a superfície cultivada aumentou significativamente em detrimento da floresta. Desde 1991 (período russo pós-soviético), a paisagem vem sofrendo o declínio e desaparecimento de fazendas coletivas, a negligência de terras aráveis e de pastagens, a reconquista da floresta,

mas, sobretudo, a instalação de *datchas* (cabanas) em vez de jardins coletivos (ISACHENKO, 2009). O Istmo de Carélia representa, hoje, uma espécie de ponte que liga a Rússia aos países da União Europeia. Sua posição enquanto território que conecta as culturas sueca, finlandesa e russa tem um impacto na psicologia coletiva dos habitantes nativos. A nova imagem é usada para atrair visitantes estrangeiros. Consequentemente, muitas companhias e complexos de lazer tornam a ganhar os nomes finlandeses e suecos (ISACHENKO, 2004).

A análise da paisagem de fronteira no ambiente rural demonstra a importância da implementação de uma metodologia comparativa. A informação documental nem sempre é suficiente. É preciso adicionar fotos aéreas convencionais ou imagens de satélite. Na verdade, as imagens de satélite têm a vantagem de fornecer informações que não são percebidas pelo olho humano. Como resultado disso, a digitalização de alguns dados chave permite a obtenção de elementos úteis à análise de paisagens de fronteira. Além disso, as imagens de satélite, obtidas em diferentes datas, permitem melhor compreensão da evolução da paisagem de fronteira (GOMEZ; LINARES; BRADSHAW, 2001). Esse contexto demonstra a relevância do estudo de desenvolvimento de estágios de paisagens em áreas divididas por uma fronteira. A paisagem cultural predominante é determinada não só pelos processos naturais, pelas características étnicas e pelas políticas internas e externas do país, mas também pela memória humana e pela existência de um espaço mental coletivo e individual.

## BARREIRAS, CERCAS E MUROS ATUAIS

Sem dúvida alguma, barreiras, cercas e muros representam os tipos mais conhecidos de paisagem de fronteira não apenas por serem os mais mostrados na mídia, mas também por serem, aos olhos da opinião pública, os que sustentam a maior taxa de tragédias e dramas humanos. Entretanto, as paisagens de fronteira compostas por muros, cercas, barreiras e barricadas pertencem a um diferente tom dependendo de se elas são fruto de um conflito ou se elas são resultado de uma política deliberada de segurança pública e controle de fluxos migratórios. Na primeira categoria, há os seguintes casos: a ZDC (zona desmilitarizada da Coreia), entre as duas Coreias; o *Berm* no Saara Ocidental, a *Linha Verde* em Nicósia (Chipre); as *Linhas de Paz*, em Belfast (Irlanda do Norte). Na segunda categoria, podem-se identificar os seguintes casos: a *Cerca de Segurança*, entre Estados Unidos e México; a *Valla* de Ceuta e Melilla, entre Espanha e Marrocos; a *Cerca de Fronteira*, entre Índia e Bangladesh; a *Cerca de separação*, entre Israel e Cisjordânia.

A ZDC, ou linha limite entre a Coreia do Norte e a do Sul, espalha-se por 238 km de oeste a leste, desde o mar Amarelo ao mar do Japão, ao largo do paralelo 38°N. É o fruto duplo da separação das Coreias após os acordos de Yalta (1945) e do armistício de Panmunjom, que terminou a guerra da Coreia (1953). Ainda que o Muro de Berlin tenha desaparecido em 1989, a ZDC continua a paisagem de fronteira mais militarizada do mundo. Tem 4 km de largura e foi construída em 1953. A paisagem de fronteira é coberta com uma floresta densa sem qualquer cultivo,

mas com uma cadeia ininterrupta de postos militares muito visíveis, baterias de armamentos, postos de observação, arames farpados e campos minados; portanto, uma paisagem totalmente estéril. Mais um menos como a Grande Muralha da China ou a Muralha de Adriano na Escócia, a ZDC foi *museificada*, no sentido de se ter tornado alvo de turismo nacional e internacional. No coração do deserto do Saara Ocidental, onde quase se funde com a paisagem natural, a parede de areia (*berm*) de 2000 km foi construída pelo Marrocos entre 1980 e 1987, e é feita de uma represa coberta com campos minados e arames farpados. O *berm* é ocupado por 100 000 soldados marroquinos. Depois da famosa Marcha Verde (novembro de 1975), o Marrocos anexou o Saara Ocidental para que ele não caísse nas mãos do Polisário (movimento sahrawi independentista, apoiado e financiado pela Argélia). O *berm* não é localizado exatamente na fronteira entre o Saara Ocidental e a Mauritânia, mas se espalha muito mais em direção ao oeste, de modo que 20% de seu território seja monitorado pela Polisário (SADDIKI, 2012a).

Dentre as cidades divididas por uma fronteira militarizada, Nicósia é o lugar onde a paisagem de fronteira é muito contrastada, como consequência dos eventos trágicos ocorridos em dezembro de 1963. Na verdade, confrontos intercomunitários incrivelmente violentos ocorreram na capital entre gregos e turcos. Eles geraram uma limpeza étnica que resultou na separação da cidade em dois setores mono-étnicos: os gregos no sul e os turcos no norte. A resolução 186 do Conselho de Segurança da ONU (março de 1964) introduziu uma força pacificadora dos Capacetes Azuis, que implementou a *Linha Verde*, isto é, uma linha separando ambas as comunidades na capital. A zona tampão não tem mais do que vinte metros em alguns setores do centro histórico. Ela é feita de prédios destruídos ou deteriorados, fachadas de lojas abertas, sacos de areia, arames farpados e barris metálicos pintados com o azul das Nações Unidas. Na ausência de qualquer administração desde 1964, a impressão geral é a de um estado de desfiguração física de uma área de construção desabitada. A Linha Verde divide a cidade antiga e seus muros venezianos, registrados na Lista de Patrimônios Mundiais da Humanidade da UNESCO. Ela só é percorrida pelas patrulhas de Capacetes Azuis. A partir de então, trata-se de duas cidades separadas e que se ignoram: a Lefkosa turca e a Nicósia grega. A presença da Linha Verde gera efeitos centrífugos, porque os centros de negócios das duas Nicósias ficam muito longe do centro histórico, o qual se tornou uma zona marginalizada. Tanto no lado grego quanto no turco, as ruas se tornam ruas sem saída antes da Linha Verde, porque elas desembocam nas barricadas, que são acompanhadas de muitas bandeiras (bandeiras turcas no norte e gregas no sul). Apenas dois pontos de controle de pedestres (Ledra Palace e Ledra Street) permitem a passagem de ambos os setores para visitantes estrangeiros e residentes locais (KLIOT; MANSFELD, 1994). Levando tudo isso em consideração, as zonas tampão da Linha Verde cobrem 5340 hectares, incluindo o que foi o Aeroporto Internacional de Nicósia, que cessou suas atividades em 1974. O Plano Kofi Annan de reunificação do Chipre foi rejeitado pelo eleitorado grego em 2004. Como resultado, a tentativa de elaboração um plano urbano tão bom que reunificasse a

Nicósia continua virtual no momento.

As *linhas de paz* distribuídas pela área urbana de Belfast são consequência direta do conflito da Irlanda do Norte (1968-1998). Foram construídas entre 1969 e 2009. Elas tinham e sempre tiveram como propósito separar os quarteirões católicos dos quarteirões protestantes dentro da capital de Ulster. São feitas por fios ou concreto reforçado e têm seis metros de altura. Em 2011, eram contadas 99 *linhas de paz*, num total de 34 km na cidade (estatísticas do *Institute of Conflict Research*, Belfast). Elas têm comprimentos diferentes e são distribuídas por todo o lugar, mais precisamente onde há razão para separar as duas porções sectárias com uma violência subjacente. Com base em racismo, intolerância e sectarismo, cada comunidade praticou *autossegregação*, isto é, um apartheid voluntário não apenas para se sentir protegido, mas para desviar de pedras arremessadas e coquetéis molotov da comunidade oposta. Dentro de cada quarteirão ativista, os *murais* se tornaram o apoio da expressão artística e política do início dos problemas. Tanto no lado irlandês republicano quanto no unionista protestante, os afrescos, os grafites ilustram os mártires de uma causa, a bandeira do Reino Unido ou a irlandesa. Hoje se tornaram o objeto da atração turística. Com a paz restaurada desde os Acordos de Belfast (1998), as *linhas de paz* de Belfast se tornaram lugar-comum e são o alvo ornamentações implantadas. O Governo da Irlanda do Norte está planejando demoli-las até 2023 (BALLIF, 2009).

Uma segunda categoria de barreiras, cercas e muros de fronteira tem por objetivo criar um obstáculo seguro para combater terrorismo, tráfico de drogas e, sobretudo, imigração ilegal. Essa situação ocorre na fronteira entre os Estados Unidos e o México, entre a Espanha e o Marrocos - em Ceuta e Melilla -, entre Israel e a Cisjordânia e, finalmente, entre a Índia e Bangladesh. A fronteira de 3200 km entre os Estados Unidos e o México se estende do Pacífico (San Diego-Tijuana) ao Golfo do México (Brownsville-Matamoros) ao longo da Califórnia, do Arizona, do Novo México e do Texas. Passa por áreas urbanas, mas, em geral, estende-se pelo deserto ou pelo *matorral*. O *Security Fence Act* (2006) implementou uma cerca de segurança de 1225 km. De acordo com os tipos de áreas considerados, tem-se uma cerca anti-pedestres nas zonas urbanas e uma cerca anti-veículos nas áreas rurais. A cerca tem de quatro a seis metros de altura e é equipada com postos de observação, câmeras de vídeo, sensores óticos, iluminação noturna e drones. Em torno de 18 000 guardas da *US Customs and Border Patrol* observam-na dia e noite. O objetivo é parar a entrada de imigrantes ilegais nos Estados Unidos (1,2 milhões em 2006, dos quais 88% eram do México e 12% de El Salvador, Guatemala, Panamá e Honduras). Na área urbana ou no deserto, a vista sobre a fronteira é saturada pela cerca onde as ruas e estradas desembocam (HOROWITZ, 2006; JONES, 2012). As comunidades ameríndias (Kumeyaay na Califórnia, Cocopah e Tohamo Oodham no Arizona e Kichapoo no Texas) são afetadas pela cerca de segurança, que separa suas terras ancestrais, devotadas à caça, à pesca e à colheita. Além disso, o impacto da barreira resulta em uma fragmentação do ecossistema, porque corta os caminhos pelos quais passavam cobras, tartarugas, lobos e ja-

guares. Finalmente, é preciso notar que 5000 migrantes perderam suas vidas nos últimos quinze anos tentando atravessar a barreira.

Com uma dimensão menor, as barreiras de Ceuta e Melilla (*las vallas*, em espanhol) estão localizadas na margem sul do Estreito de Gibraltar e são apelidadas de *Muro de Schengen*. Mesmo que a área Schengen signifique a abolição de polícia de fronteira e da alfândega na fronteira entre os estados-membro, ao mesmo tempo, o controle é reforçado nas fronteiras externas dessa área, onde o visto único Schengen é imposto aos nacionais de países para os quais ele é requerido. É o caso de todos os países da África e do Oriente Médio. As cidades espanholas de Ceuta e Melilla se localizam na linha de tensão desses fluxos migratórios. Para dar fim às recorrentes investidas de migrantes ilegais da África e do Oriente Médio, que tentam entrar na União Europeia por Ceuta e Melilla, dois *Muros de Schengen* foram construídos. Em Ceuta (19 km<sup>2</sup> e 84 000 habitantes), a *valla* de Ceuta (8 km de comprimento e 6 m de altura) foi construída em 1998 e triplicada em 2005. Em Melilla (12,3 km<sup>2</sup> e 81 000 habitantes), a *valla* de Melilla (12 km de comprimento e 6 m de altura) também foi construída em 1998 e triplicada em 2005. A força da pressão migratória vinda do sul parece validar a construção e a manutenção desses muros de fronteira (FERRER GALLARDO, 2008a, 2008b; SADDIKI, 2012b). Logo após a saída de ambas cidades, o panorama é imediatamente capturado pelo *Muro de Schengen*: arames farpados, cercas, torres de observação, câmeras de vídeo, patrulhas armadas.

A ideia de separação entre palestinos e israelenses vem desde os Acordos de Oslo (1993). O planejamento de uma cerca de separação ocorreu durante o governo de Ehud Barak (1999-2001) e sua implementação, durante o de Ariel Sharon (2001-2006). A Cerca de Separação (*Gader Hafradá* em hebraico), também chamada de Cerca de Segurança (*Gader Bitahon* em hebraico) foi construída progressivamente desde junho de 2002. O objetivo era parar ataques suicidas cometidos por camicazes palestinos contra civis israelenses. Na cidade, a *Gader Hafradá* é feita de placas de concreto de 9 m de altura justapostas e encaixadas umas às outras. No meio rural, é uma barreira de 2 m de altura. Todo o sistema é pontuado com 76 pontos de controle, postos de observação e trincheiras. A barreira de segurança é, hoje, uma construção *supernoticiada* pela mídia, mas inacabada, cujo objetivo final não foi alcançado em 2015. Do comprimento total de 707 km, 434 foram concluídos e 60 estão em construção; o restante está na fase de projeto. A *Gader Hafradá* mostra uma incoerência em sua construção. Na verdade, a cerca deveria acompanhar a *Linha Verde*, isto é, a linha demarcada entre Israel e a Jordânia (Cisjordânia depois de 1967) após os acordos do armistício jordano-israelense (3 de abril de 1949), um dos acordos que botaram fim à primeira Guerra Árabe-Israelense. Por um lado, apenas 20% se estendem sobre a *Linha Verde*. Por outro, 10,1% da superfície da Cisjordânia está entre a *Linha Verde* e a *Cerca de Separação*, que está localizada mais a leste. Como resultado, o muro separa áreas israelenses de outras áreas israelenses e áreas palestinas de outras áreas palestinas. Se o conflito palestino-israelense é territorial, a presença da Cer-

ca de Segurança também o transforma em um conflito de uso do solo (LATTE ABDALLAH; PARIZOT, 2011; FALKE, 2012; JONES, 2012). No limite oeste de Tulkarm ou Qalqilya, no limite sul de Ramallah, dos terraços que dominam a Esplanada do Templo na cidade antiga de Jerusalém ou na entrada noroeste de Belém, a Cerca de Segurança impõe seu panorama como uma paisagem de fronteira que lembra o Muro de Berlim (1961-1989), devido ao mesmo uso massivo de concreto reforçado como material básico.

Desde 1993, a Índia fechou seus 3400 km de fronteira terrestre com Bangladesh, que é acusada de ser fonte de uma importante imigração ilegal. No norte de Bangladesh (região de Cuch Behar), a situação é extremamente complicada, porque há uma grande quantidade de exclaves em ambos os lados da fronteira. São contados 224: 129 na Índia e 95 em Bangladesh. Entre 50 000 e 100 000 habitantes vivem lá sem função e são considerados pessoas apátridas, porque não têm status de nacionalidade. O caminho particularmente sinuoso dessa fronteira é fruto de séculos de guerras e alguns tratados de paz precisos. Alguns observadores consideram que a fronteira Índia-Bangladesh é um verdadeiro *queijo suíço geográfico*. Essas exclaves-prisão também foram lugares de refúgio: para fugir de repressões religiosas em 1965 e 1971 (nascimento de Bangladesh), muitos indianos e bangladeshianos se refugiaram lá. O maior exclave de Bangladesh, Dahagram-Angarpota, acomoda 20 000 habitantes em 19 km<sup>2</sup>. Dez quilômetros a nordeste há uma situação *ubuesca*<sup>5</sup>, como um jogo de bonecas russas: um exclave de Bangladesh de 4 hectares está dentro de um exclave indiano que está no meio do território de Bangladesh! Ao todo, os exclaves indianos se espalham por 69 km<sup>2</sup>, e os de Bangladesh, por 51 km<sup>2</sup>. A paisagem de fronteira de 3400 km é contornada por uma cerca de arame farpado de 3 metros de altura. É permanentemente patrulhada pela *Indian Border Security*, que interroga e prende migrantes ilegais vindos de Bangladesh (JONES, 2009; McDIUE-RA, 2012, 2014).

## PAISAGENS DE FRONTEIRAS DE GUERRA: ZONAS TAMPÃO DAS NAÇÕES UNIDAS E ANTIGAS LINHAS DE FRENTE

Na longa história das missões de paz, as zonas de intervenção das Nações Unidas, também chamadas de zonas tampão, representam a quintessência das paisagens fronteiriças de guerra. Três zonas tampão que estão em funcionamento hoje são as mais significativas ilustrações desse tipo de paisagem: a zona UNDOF, entre Israel e Síria, nas Colinas de Golã; a zona UNIFIL, no sul do Líbano, de frente à Israel e a Síria; a zona UNFICYP no Chipre, sobre a linha de cessar-fogo entre a República legal no sul e o resto da ilha, que é ocupada pela Turquia no norte (SANGUIN, 2014b). Todas essas zonas tampão têm um denominador comum: elas foram implementadas depois da irrupção de um conflito entre dois Estados ou entre dois partidos opostos.

5 Refere-se ao Père Ubu, personagem da obra surrealista de Alfred Jarry (n.t.).



A zona tampão da missão de paz UNDOF existe desde 1974. Ela administra a linha de cessar-fogo entre Israel e Síria nas Colinas de Golã e forma uma barreira impenetrável entre ambos países. Essa zona se espalha por 75 km e tem de 200 m a 10 km de largura, de acordo com o local. É inabitada desde o êxodo dos Drusos em 1973-1974. Os Capacetes Azuis das Nações Unidas atuam em duas bases: 20 postos permanentes e 18 de observação. No sul do Líbano, em contato com Israel, a zona tampão da missão de paz UNIFIL das Nações Unidas opera desde 1978. Seu objetivo é separar os dois países beligerantes. Localizada entre o rio Litani, no norte, e a fronteira do Líbano com Israel e a Síria, no sul, tem 30 km de largura ao longo da costa do Mediterrâneo, então, torna-se mais estreita (4 km) depois do *Galileo Finger* e, finalmente, volta a ter 17 km de largura na parte leste, de frente para a Síria. A zona tampão mais famosa é aquela que separa a ilha do Chipre em dois territórios antagônicos. Ela, também, deu origem à mais abundante literatura sobre o conceito de zona tampão das Nações Unidas. Essa zona é operada pela missão de paz UNFICYP desde 1974 e atravessa a ilha do Chipre por 180 km com uma largura que varia entre 3 m e 7 km, de acordo com o local. Ela cobre 3% da superfície útil cultivada da ilha. Desde 2003, oito pontos de fiscalização em estradas e vias de pedestres foram abertos para conectar ambas as partes da ilha (SANGUIN, 2014b).

As paisagens de fronteira das zonas tampão das Nações Unidas são relativamente parecidas às de países em guerra. Há quartéis, alojamentos, oficinas de reparo e manutenção, hospitais temporários, unidades médicas, armazéns de munição, estacionamentos para tanques, pistas de decolagem para aviões, pistas de pouso para helicópteros e drones, postos de telecomunicação, radares e postos de observação. Contudo, há uma diferença fundamental entre as paisagens das fronteiras das Nações Unidas e as de países em guerra: *os Capacetes Azuis não são considerados inimigos pelas populações nativas*. Os Capacetes Azuis reabilitam centros de saúde gratuitos, escolas e centros esportivos. Eles consertam pontes e estradas. Sempre que possível, a linha de cessar-fogo é pintada de azul (a cor oficial das Nações Unidas), e a bandeira azul das Nações Unidas é visível tanto quanto poderia ser. Todos os veículos das Nações Unidas são pintados de branco (a cor da paz) com o logo das Nações Unidas nos seus quatro lados. A atmosfera predominante é de segurança e proteção. De fato, as patrulhas dos Capacetes Azuis trabalham continuamente nas estradas, nas praias, nas passagens e zonas onde infiltrações de guerreiros poderiam ocorrer. Postos de observação permanentes são instalados em locais estratégicos. Apesar da presença recorrente das Nações Unidas, a vida das populações nativas continua a acontecer: no Chipre e no sul do Líbano, fazendeiros e pastores trabalham em campos e em pastagens da zona tampão (SANGUIN, 2014b).

Os Acordos de Paz de Dayton (dezembro de 1995) acabaram com a Guerra da Bósnia (1992-1995) e sua consequência territorial mais importante foi a implementação da *Inter-Entity Boundary Line* (IEBL), ou Linha Limite Inter-Entidade, que divide a Bósnia em *Republika Srpska* (República Sérvia) no norte e a *Federacija* (Federação Croata-Muçulmana) no sul. Portanto, a IEBL endossou a partição étni-



ca que se criou no conflito, já que se espalha, globalmente, sobre as antigas linhas de frente da Guerra da Bósnia. A IEBL de 1080 km não é um limite internacional no sentido legal do termo, mas uma *linha de demarcação entre as entidades*, no sentido dos Acordos de Paz de Dayton. A IEBL não tem pontos de fiscalização, nem marcações de limites. Não é materializada ao nível terrestre e não tem alfândega, nem polícia de fronteira. Ainda assim, é visível na paisagem. No lado da *Republika Srpska*, o alfabeto cirílico é onipresente. No lado da *Federacija*, tudo é escrito em alfabeto latino. As mesquitas da *Federacija* ficam de frente para as igrejas ortodoxas da *Republika Srpska*. Não é uma fronteira impenetrável do ponto de vista físico, mas do psicológico, porque está localizada nas mentes. Não é atravessada porque o outro lado é a casa do inimigo, ou, na pior das hipóteses, o local de assassinato de um parente durante os períodos sangrentos da limpeza étnica. A IEBL atravessa os bairros ocidentais de Sarajevo e contribui para uma repartição estéril da capital da Bósnia. Por estar aproximadamente localizada na linha de frente de antigos conflitos, encontram-se lá campos minados, que *não permitem* a entrada, bem como casas destruídas, que são colonizadas por uma vegetação selvagem. As linhas de táxi da bósnia e da sérvia aguardam pelos clientes dos dois lados da IEBL, sem cruzá-la. A diferença do padrão de vida é impressionante. No lado da *Republika Srpska*, mercados informais a céu aberto se instalam na IEBL e vendem artigos de acordo com certa complementaridade econômica: cigarros, roupas, produtos da pecuária, garrafas de óleo, vegetais, marcas falsificadas. Essa complementaridade econômica se explica pelo fato de que a *Federacija* herdou 56% das pastagens e dos prados da Bósnia, enquanto a *Republika Srpska* recebeu 57% das terras aráveis, de acordo com a partilha estabelecida nos Acordos de Paz de Dayton. A IEBL não é uma paisagem imaginada. Ela foi desenhada nos mapas de acordo com o artigo III, anexo dois, dos Acordos de Dayton, e então, tornou-se, realidade. A IEBL gera uma lacuna política, econômica e cultural dentro da Bósnia. Ela existe na paisagem, mas, sobretudo, tomou forma na percepção do espaço da Bósnia pelos seus próprios habitantes. Como muitas outras fronteiras no mundo, tem a sua própria dinâmica espacial (CHAVENEAU, 2001).

O contexto é radicalmente diferente quando se trata do antigo limite intergermânico, isto é, a antiga Cortina de Ferro (1946-1989), que tinha 1393 km, do Mar Báltico à antiga Tchecoslováquia. O que permanece são alguns marcos de fronteira, algumas muralhas, que, hoje, servem como locais para caminhadas, além de 27 memoriais. Esse limite extinto dá a impressão de esquecimento e anonimato (CHARLOT, 2008). Essa linha de fronteira está sujeita a um apagamento visual, devido ao avanço de uma frente pioneira vegetal: as extremidades das florestas alcançam as charnecas daquilo que foi terra de ninguém. As imagens aéreas enfatizam a diferença nos lotes de terra. No lado da antiga República Federal da Alemanha, as parcelas são de tamanhos pequenos (fazendas individuais), enquanto que, no lado da antiga República Democrática Alemã, as parcelas são grandes (fazendas coletivas). Hoje, a antiga fronteira interalemã vem se transformando no *Cinturão Verde Alemão*, isto é, em um local de revitalização econômica e uma zona de lazer e amenidades (HAVLIK, 2014).

## CONCLUSÃO: NOVAS TENDÊNCIAS E DIREÇÕES FUTURAS

Ao final desta avaliação político-geográfica das paisagens de fronteira, três perspectivas parecem surgir das atuais situações observáveis. Antes disso, é recomendável notar alguns tons muito diferentes sobre o assunto: por um lado, o recente movimento em direção ao retorno de muros como uma forma de paisagem de fronteira; por outro, a estética de fronteira como um tópico de geografia cultural; finalmente, a paisagem de fronteira como uma ferramenta para a cooperação entre os países transfronteiriços. Qual é o problema?

Desde suas origens, a União Europeia é o sujeito de um processo de desnaturalização de fronteiras, isto é, a *desfronteirização* da qual a área Schengen representa a quintessência geográfica e política. Entretanto, os eventos do 11/09, o aumento do terrorismo fundamentalista e o impulso da pressão migratória para os Estados Unidos, a Europa e a Índia parecem validar o retorno do muro de fronteira enquanto um assunto geográfico e um instrumento político (*refronteirização*). Os muros, as barreiras, as cercas e as barricadas aparecem como uma ferramenta chave do Estado na luta contra o crime, o tráfico de drogas e, sobretudo, a imigração ilegal. Hoje, há 48 muros que estão distribuídos em quatro continentes e que se espalham por 29 000 km de fronteiras (VALLET; DAVID, 2012). Da Muralha de Adriano à Grande Muralha da China e o Muro de Berlim, o muro sempre foi uma constante nas relações internacionais. Com poucas exceções, o muro nunca foi tomado como um fenômeno global pelos *cientistas sociais*. De certo modo, os muros se tornaram as linhas de falha da globalização, os marcadores de identidade e os instrumentos de diferenciação. Algumas democracias têm demonstrado sua habilidade e velocidade para recapturar seu controle de fronteira. Assim, em 2013, os Estados Unidos, Israel, a Grécia, a Espanha, e a Índia tinham um total de 6000 km de muros. O muro é um *artefato* que reporta à Antiguidade. O desafio de uma impermeabilidade absoluta traz o estabelecimento de normas, vistos, exclusões, processos de confinamento que, finalmente, criam santuários protegidos e uma fragmentação do território (VALLET, 2014).

De um modo bem diferente, a *estética da fronteira*, enquanto campo de pesquisa na geografia cultural, representa uma nova direção, que é observável nos *estudos fronteiriços*. Os pesquisadores especializados em geografia cultural consideram que a fronteira se constitui numa herança paisagística de primeira grandeza e que tal patrimônio tem de ser preservado e desenvolvido (HÄYRYNEN, 2009). Dois parques nacionais que pertencem a dois Estados vizinhos podem estar cara a cara em um limite internacional, mas suas condições históricas, sociais e econômicas resultam em uma qualidade paisagística muito contrastante. Em outras palavras, o parque nacional do Estado A demonstra uma grande preservação natural, enquanto o parque nacional do Estado B sofre golpes antropogênicos que mancham sua estética visual. Claramente, esse é o caso entre o Parque Nacional Arribes del Duero na Espanha, onde o matagal reina supremo, e o Parque Natural do Douro Internacional em Portugal, com características de paisagem que são fortemente antropogênicas (SIDAWAY, 2005). Essa busca por uma estética de

fronteira se encontra na fronteira ao norte de Portugal com Espanha. Antes da sua separação entre Espanha e Portugal, em 1864, o Couto Mixto (três vilarejos em 27 km<sup>2</sup> e 800 habitantes em 1845) constituía, desde o século XII, uma pequena república de montanha independente, que estava localizada entre Ourense (Galícia) e Chaves (Trás-os-Montes). Depois de 1864, o Couto Mixto foi completamente esquecido. A partir dos anos 90, um movimento de proteção do património e de associações literárias toma a iniciativa de restaurar o património arquitetónico e paisagístico de Couto Mixto. Como resultado, o Parlamento Galego, o Parlamento Espanhol e o Parlamento Europeu expressaram o seu desejo, que Couto Mixto fosse reconhecido enquanto um exclave de fronteira do património paisagístico (PAÛL CARRIL; TRILLO SANTAMARIA, 2014).

Finalmente, o conceito de paisagem de fronteira enquanto ferramenta para a cooperação transfronteiriça representa, sem dúvida alguma, a direção mais promissora para o futuro dos assuntos de paisagem de fronteira. O artigo 9 da *European Landscape Convention* (Florença, outubro de 2000), em vigor desde março de 2004, declara o comprometimento dos 38 Estados-membros em cooperar nos níveis local e regional para implementar alguns projetos de desenvolvimento em favor das paisagens de fronteira. Esse último não é uma paisagem residual imprevisível, mas um veículo para o desenvolvimento. Devido à cooperação transfronteiriça, a paisagem se torna objeto de partilha. É um dos principais componentes-chave do património comum europeu, porque essa parte do continente eurásiano aproveita a maior diversidade paisagística no mundo, devido a complexas condições naturais e históricas. Em outras palavras, qualquer combinação de paisagens na Europa é tipicamente e naturalmente europeia e não americana ou africana. Vendo outras paisagens na Europa que não aquela em que se vive cria uma visão europeia da paisagem. Consequentemente, as paisagens de fronteira europeias são uma constante da Europa, um caleidoscópio em perpétuo movimento. Além disso, o atlas das paisagens fronteiriças oferece à cooperação transfronteiriça um campo estimulante de estudo e ação. Os atlas de paisagens de fronteira estão sendo criados em diversos lugares da União europeia. Eles representam a demonstração mais significativa de uma cooperação transfronteiriça. Essas experiências têm a vantagem de desenvolver metodologias conjuntas para a leitura das paisagens de fronteira (Conseil de l'Europe, 2010).

A paisagem de fronteira enquanto uma ferramenta para a cooperação transfronteiriça constitui um propósito nobre e pacífico que pode ser exportado, aplicado e praticado no mundo inteiro. No final das contas, as paisagens de fronteira precisam de uma reavaliação e de uma reescrita geográfica na literatura científica mundial.

## BORDER LANDSCAPES: VARIATIONS ON AN IMPORTANT SUBJECT OF POLITICAL GEOGRAPHY

### ABSTRACT

The border landscapes make up a not very scrutinized topic within the field of political geography. A theoretical assessment is proposed about the links between landscape and border. The paper sets out a new typology of the border landscapes which are observable on the world political map. The border landscapes issue highlights the debordering-rebordering dilemma. The conclusion identifies the new trends and future directions in some specific sectors. The concept of border landscapes needs a geographical reevaluation and rewriting in the world scientific literature.

**Keywords:** Border landscape; Border studies; Buffer zone; Debordering; Front line; Partitioning; Political geography; Rebordering; Security fence.

## PAISAJES DE LA FRONTERA: VARIACIONES SOBRE UN TEMA IMPORTANTE DE LA GEOGRAFÍA POLÍTICA

### RESUMEN

Los paisajes de frontera son un tema poco explorado en el campo de la geografía política. Una evaluación teórica sobre conexiones entre paisaje y frontera se propone. Este artículo expone una nueva tipología sobre los paisajes de frontera, que se pueden observar en el mapa mundial político. El tema de los paisajes de fronteras refuerza el dilema de desmarcar y remarcar fronteras. La conclusión identifica las nuevas tendencias y los caminos futuros en algunos sectores específicos. El concepto de paisajes de frontera necesita una reevaluación y una reescritura en el ámbito de la literatura científica.

**Palabras clave:** Paisaje de frontera; Estudio de frontera; Zona de amortiguamiento; Desmarcación de frontera; Línea de frente; Segmentación; Geografía política; Remarcación de frontera; Barrera de seguridad.

### REFERÊNCIAS

ARREOLA, D. Border-City Idée Fixe. **The Geographical Review**. v. 86, n. 3, p. 356-369. 1996.

BALLIF, F. Les *peacelines* de Belfast, entre maintien de l'ordre et gestion urbaine. **Cultures et conflits**. Disponível em : <<http://conflits.revues.org/17533>>.2009.

BRAMBILLA, C. Exploring the Critical Potential of the Borderscapes Concept. **Geopolitics**. v. 20, n. 1, p. 14-34. 2015.

BRYM, M. **The Integration of European Union Borderlands : Polish Views on Cross-Border Mobility and Cooperation Across the Polish-German Border**. Knoxville, University of Tennessee, Department of Geography, PhD Thesis. Disponible en : <[http://trace.tennessee.edu/utk\\_graddiss/14](http://trace.tennessee.edu/utk_graddiss/14)>. 2009.

BUFON, M. Geography of Border Landscapes, Borderlands and Euroregions in the Enlarged EU. **Rivista Geografica Italiana**. v. 113, n. 1, p. 47-72. 2006.

CHARLOT, O. Après la frontière interallemande, regards géographiques. **Trajectoires**. n. 2, p. 9-20. 2008.

CHAVENEAU, E. La ligne-frontière inter-entités (IEBL) : nouvelle frontière, nouveau pays. **Balkanologie**. Disponible en : <<http://balkanologie.revues.org/688>>. 2001.

CONSEIL DE L'EUROPE Paysage et coopération transfrontalière. **Futuropa**. n. 2, p. 3-47. 2010.

DELL'AGNESE, E. Sarajevo come paesaggio simbolico. **Rivista Geografica Italiana**. v. 111, n. 2, p. 259-283. 2003.

EHLERS, N.; BUURSINK, J. Binational Cities: People, Institutions and Structures. In: VAN DER VELDE, M.; VAN HOUTUM, H. (Org.). **Borders, Regions and People**, London, Pion Publishers, p. 182-201. 2000.

FALKE, S. Peace on the Fence? Israel's Security Culture and the Separation Fence to the West Bank. **Journal of Borderlands Studies**. v. 27, n. 2, p. 229-237. 2012.

FERRER GALLARDO, X. Acrobacias fronterizas en Ceuta y Melilla. Explorando la gestión de los perímetros terrestres de la Unión Europea en el continente africano. **Documents d'Anàlisi Geogràfica**. v. 51, p. 129-149. 2008a.

FERRER GALLARDO, X. The Spanish-Moroccan Border Complex: Processes of Geopolitical, Functional and Symbolic Rebordering. **Political Geography**. v. 27, n. 3, p. 301-321. 2008b.

GOMEZ, H.; LINARES, R.; BRADSHAW, R. El paisaje fronterizo: una visión satelital. Caso San Antonio del Tachira (Venezuela) -Cucuta (Colombia). **Aldea Mundo**. v. 4, n. 8, p. 5-18. 2001.

HAVLICK, D. The Iron Curtain Trail's Landscapes of Memory, Meaning and Recovery. **Focus on Geography**, v. 57, n. 3, p. 126-133. 2014.

HÄYRYNEN, M. The Transboundary Landscape of the EU-Schengen Border. **Journal of Borderlands Studies**. v. 24, n. 2, p. 56-61. 2009.

HOROWITZ, M. In the Eye of the Beholder: The Social Construction of the Injustice along the Mexico-US Border. **Journal of Borderlands Studies**. v. 21, n. 2, p. 21-43.

2006.

ISACHENKO, G. The Landscape of the Karelian Isthmus and Its Imagery since 1944. **Fennia, International Journal of Geography**. v. 182, n. 1, p. 47-59. 2004.

ISACHENKO, T. Cultural Landscape Dynamics of Transboundary Areas: A Case Study of the Karelian Isthmus. **Journal of Borderlands Studies**. v. 24, n. 2, p. 78-91. 2009.

JONES, R. Geopolitical Boundary Narratives, the Global War on Terror, and Border Fencing in India. **Transactions of the Institute of British Geographers**. v. 34, n. 3, p. 290-304. 2009.

JONES, R. **Border Walls: Security and the War on Terror in the United States, India and Israel**. London, Zed Books. 2012.

KLIOT, N.; MANSFELD, Y. The Dual Landscape of a Partitioned City: Nicosia. In: GALLUSER, W. (Org.). **Political Boundaries and Coexistence**. Berne, Peter Lang, p. 151-161. 1994.

LATTE ABDALLAH, S. ; PARIZOT, C. **A l'ombre du Mur : Israéliens et Palestiniens entre séparation et occupation**. Arles, Actes Sud. 2011.

McDUIE-RA, D. Tribals, Migrants and Insurgents: Security and Insecurity along the India-Bangladesh Border. **Global Change, Peace and Security**. v. 24, n. 1, p. 165-182. 2012.

McDUIE-RA, D. The India-Bangladesh Border Fence: Narratives and Political Possibilities. **Journal of Borderlands Studies**. v. 29, n. 1, p. 81-94. 2014.

MURIA, M.; CHAVEZ, S. Shopping and Working in the Borderlands: Enforcement, Surveillance and Marketing in Tijuana, Mexico. **Surveillance and Society**. v. 8, n. 3, p. 355-373. 2011.

ORCIER, P. Valka-Valga : recomposition d'une agglomération frontalière entre Lettonie et Estonie. **Articulo, Journal of Urban Research**. n. 6. Disponível em: <http://articulo.revues.org/1683>. 2011.

PAÜL CARRIL, V.; TRILLO SANTAMARIA, J.M. La construccin literaria de los paisajes fronterizos. Una reflexion a proposito del Couto Mixto (Galicia y Portugal). **Documents d'Analisi Geografica**. v. 60, n. 2, p. 289-314. 2014.

PRESCOTT, J.R.V. Border Landscapes. In: PRESCOTT, J.R.V. **Political Frontiers and Boundaries**. London, Allen & Unwin, p. 159-174. 1987.

RAFFESTIN, C. Paysage et territorialité. **Cahiers de Géographie du Québec**. v. 21, n. 53-54, p. 123-134. 1977.

RAJARAM, P.M.; GRUNDY-WARR, C. **Borderscapes. Hidden Geographies and Politics at Territory's Edge**. Minneapolis, University of Minnesota Press. 2007.

REDON, M. One Island, Two Landscapes. **Shima, The International Journal of Research into Island Cultures**. v. 5, n. 2, p. 68-85. 2011).

REITSMA, H.J. Areal Differentiation along the United States-Canada Border. **Tijdschrift voor Economische en Sociale geografie**. v. 63, n. 1, p. 2-10. 1972.

RUMLEY, D. ; MINGHI, J. **The Geography of Border Landscapes**. London, Routledge. 1991.

SADDIKI, S. Sahara Wall: Status and Prospects. **Journal of Borderlands Studies**. v. 27, n. 2, p. 199-212. 2012a.

SADDIKI, S. Les clôtures de Ceuta et Melilla. Une frontière européenne multidimensionnelle. **Etudes Internationales**. v. 43, n. 1, p. 49-65. 2012b.

SANGUIN, A.L. Le paysage politique, quelques considérations sur un concept réurgent. **L'Espace Géographique**. v. 13, n. 1, p. 23-32. 1984.

SANGUIN, A.L. Andorra, The European Micro-State's Archetype: The Borderscape's Original Features of a Duty-Free Exclave. In: DELL'AGNESE, E. (Org.). **Borderscapes: Spaces of Conflicts, Symbolic Places, Networks of Peace**. Disponible em: <[www.unitn.it/events/borderscapes/download/abstract/sanguin\\_paper.pdf](http://www.unitn.it/events/borderscapes/download/abstract/sanguin_paper.pdf)>.2006.

SANGUIN, A.L. The Schengen Effects at the EU's Inner Borders: Cheaper Stores and Large-Scale Legal Prostitution. The Case of the La Jonquera Area (Catalonia-Spain). In: BUFON, M.; MINGHI, J.; PAASI, A. (Org.). **The New European Frontiers**. Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholar Publishing, p. 196-207. 2014a.

SANGUIN, A.L. Les opérations de maintien de la paix des Nations-Unies, une géographie politique appliquée. **L'Espace Politique**. n. 2014/2. Disponible em : <<http://espacepolitique.revues.org/3117>>.2014b.

SANGUIN, A.L. ; MRAK, B. La frontière Italie-Slovénie dans le contexte de l'élargissement de l'Union Européenne. **Annales de Géographie**. v. 112, n. 632, p. 357-381. 2003.

SAUER, C.O. The Morphology of Landscape. **University of California Publications in Geography**. v. 2, n. 2, p. 19-54. 1925.

SIDAWAY, J. Poetry of Boundaries: Reflections from the Portuguese-Spanish Borderlands. In : VAN HOUTUM, H.; KRAMSCH, O.; ZIERHOFER, W. (Org.). **B/Ordering**. Aldershot, Ashgate, p. 196-206. 2005.

SKOWRONEK, E.; FURTAK, T. Determinants of Change in the Landscape of the Polish-Ukrainian Borderland as Exemplified by Rawa Roztocze. **Journal of Borderlands Studies**. v. 24, n. 2, p. 106-122. 2009.

TIMOTHY, D.; BUTLER, R. Cross-Border Shopping: A North American Perspective. In: GANSTER, P.; LOREY, D. (Org.). **Borders and Border Politics in a Globalized World**. Lanham, SR Books, p. 285-300. 2005.

VALLET, E. **Borders, Fences and Walls: State of Insecurity**. Farnham, Ashgate. 2014.

VALLET, E.; DAVID, C-P. The Rebuilding of the Wall in International Relations. **Journal of Borderlands Studies**. v. 27, n. 2, p. 111-119. 2012.

VAN DER VELDE, M. Shopping, Space and Borders. In: VAN DER VELDE, M.; VAN HOUTUM, H. (Org.). **Borders, Regions and People**. London, Pion Publishers, p. 166-181. 2000.

WASSERMAN, D. The Borderlands Mall: Form and Function of an Imported Landscape. **Journal of Borderlands Studies**. v. 11, n. 2, p. 69-88. 1996.

WHITTLESEY, D. The Impress of Effective Central Authority upon the Landscape. **Annals of the Association of American Geographers**. v. 25, n. 2, p. 85-97. 1935).

WILSON, T. La reconstruction de l'invisibilité à la frontière irlandaise. **Quaderni**. n. 27, p. 79-95. 1995.